

JOSÉ MURILO DE CARVALHO

OS BESTIALIZADOS

*O RIO DE JANEIRO E A
REPÚBLICA QUE NÃO FOI*

*3ª edição
24ª reimpressão*



A marca FSC® é a garantia de que a madeira utilizada na fabricação do papel deste livro provém de florestas que foram gerenciadas de maneira ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável, além de outras fontes de origem controlada.



fim, o capítulo quinto procurará reconstituir o mundo da cidadania no Rio de Janeiro e buscar razões para explicá-lo.

Embora se trate de uma investigação de natureza histórica, não resta dúvida de que o problema da cidadania continua no centro da preocupação de todos nos dias de hoje, quando mais uma mudança de regime se efetua e mais uma tentativa é feita no sentido de construir a comunidade política brasileira. A historiografia é aqui, uma vez mais, projeção do presente e instrumento de tentativa de construção da história. Diziam os positivistas que os mortos governavam os vivos, o passado o presente. Ao reler a história com os olhos de hoje talvez pudéssemos dizer que os vivos, ao tentar reconstruir o passado, tentam governar os mortos na ilusão de poderem governar a si próprios. Ou, em versão pessimista, na frustração de o não poderem fazer.

CAPÍTULO I

O RIO DE JANEIRO E A REPÚBLICA*

Não seria exagero dizer que a cidade do Rio de Janeiro passou, durante a primeira década republicana, pela fase mais turbulenta de sua existência. Grandes transformações de natureza econômica, social, política e cultural, que se gestavam há algum tempo, precipitaram-se com a mudança do regime político e lançaram a capital em febril agitação, que só começaria a ceder ao final da década. O que se lerá a seguir será a tentativa de descrever sumariamente a natureza destas mudanças e examinar as conseqüências delas advindas para a vida dos fluminenses. Atenção especial será dada ao impacto do novo regime, que se pretendia ancorado na opinião pública, na formação de uma comunidade política na antiga capital do Império.

A análise concentrar-se-á na fase inicial de consolidação do novo regime, estendendo-se até o final do governo Rodrigues Alves, quando já estavam nitidamente definidos os vitoriosos e os vencidos e estabelecidos os rumos e a natureza da política republicana tanto para o país como para a capital. No que se refere a esta, estavam definidos não só o papel que lhe caberia como também as regras para representá-lo.

* Versão modificada deste capítulo foi publicada em *Revista Brasileira de História*, 5 (8-9): 117-38, set. 1984/abr. 1985.

Como a maior cidade e a capital econômica, política e cultural do país, o Rio de Janeiro não poderia deixar de sentir, em grau mais intenso do que qualquer outra cidade, as mudanças que vinham fermentando durante os últimos anos do Império e que culminaram na abolição da escravidão e na proclamação da República. A mudança de regime, com todas as expectativas que trazia e também com todas as dificuldades que implicava, como que projetou luz intensa sobre as novas realidades, tornando a vivência delas também mais intensa e mais difundida. De uma maneira ou de outra, para melhor ou para pior, grande parte dos fluminenses foi pela primeira vez envolvida nos problemas da cidade e do país. Esta consciência nova e ampliada e as conseqüências que gerava, antes mesmo que mudanças quantitativas, caracterizaram o Rio da primeira década republicana.

Mas as alterações quantitativas são inescapáveis. A primeira delas foi de natureza demográfica. Alterou-se a população da capital em termos de número de habitantes, de composição étnica, de estrutura ocupacional. A abolição lançou o restante da mão-de-obra escrava no mercado de trabalho livre e engrossou o contingente de subempregados e desempregados. Além disso, provocou um êxodo para a cidade proveniente da região cafeeira do estado do Rio e um aumento na imigração estrangeira, especialmente de portugueses. Os índices de crescimento da população podem ser vistos na tabela I.

Vê-se que a década que precedeu a República apresenta o maior crescimento populacional relativo. Em termos absolutos, tem-se que a população quase dobrou entre 1872 e 1890, passando de 266 mil a 522 mil. A cidade teve ainda de absorver uns 200 mil novos habitantes na última década do século. Só no ano de 1891, entraram 166 321 imigrantes, tendo saído para os estados

Tabela I

Crescimento anual da população do Rio de Janeiro, 1872-1906

Anos	Crescimento anual (%)
1872-1880	3,84
1880-1890	4,54
1890-1900	3,23
1900-1906	2,91

Fonte: ANUARIO ESTATÍSTICO DO BRAZIL (1908-1912). v. I, p. XVIII.

71 264. Este enorme influxo populacional fazia com que, em 1890, 28,7% da população fosse nascida no exterior e 26% dela proviesse de outras regiões do Brasil. Assim, apenas 45% da população era nascida na cidade.

Outro resultado importante da intensa imigração era o desequilíbrio entre os sexos. Em 1890, entre os estrangeiros, os homens eram mais que o dobro das mulheres. Na população total, a predominância do sexo masculino girava em torno de 56%. O desequilíbrio refletia-se no índice de nupcialidade, que era apenas de 26% entre os homens brancos e caía para 12,5% entre os negros em 1890.¹ Em verdade, quanto a este ponto tinha havido alguma melhoria em relação a 1872, mas permanecia muito alto o número de solteiros e, portanto, muito baixo o número de famílias regularizadas.

Uma terceira conseqüência do rápido crescimento populacional foi o acúmulo de pessoas em ocupações mal remuneradas ou sem ocupação fixa. Domésticos, jornalheiros, trabalhadores em ocupações mal definidas chegavam a mais de 100 mil pessoas em 1890 e a mais de 200 mil em 1906 e viviam nas tênues fronteiras entre a legalidade e a ilegalidade, às vezes participando simultaneamente de ambas. Pouco antes da República, o embaixador português anotava: "Está a cidade do Rio de Janeiro

cheia de gatunos e malfeitores de todas as espécies". Em proposta para regulamentação do serviço doméstico, feita à Intendência Municipal em 1892, Evaristo de Moraes observava que havia na capital "gente desocupada em grande quantidade, sendo notável o número de menores abandonados".²

Esta população poderia ser comparada às classes perigosas ou potencialmente perigosas de que se falava na primeira metade do século XIX. Eram ladrões, prostitutas, malandros, desertores do Exército, da Marinha e dos navios estrangeiros, ciganos, ambulantes, trapeiros, criados, serventes de repartições públicas, ratoeiros, recebedores de bondes, engraxates, carroceiros, floristas, bicheiros, jogadores, receptadores, pivetes (a palavra já existia). E, é claro, a figura tipicamente carioca do capoeira, cuja fama já se espalhou por todo o país e cujo número foi calculado em torno de 20 mil às vésperas da República.³ Morando, agindo e trabalhando, na maior parte, nas ruas centrais da Cidade Velha, tais pessoas eram as que mais compareciam nas estatísticas criminais da época, especialmente as referentes às contravenções do tipo desordem, vadiagem, embriaguez, jogo. Em 1890, estas contravenções eram responsáveis por 60% das prisões de pessoas recolhidas à Casa de Detenção.

Anote-se ainda o impacto do crescimento populacional acelerado sobre as condições de vida, com as conseqüentes pressões sobre a administração municipal. Agravaram-se muito os problemas de habitação, tanto em termos de quantidade quanto de qualidade. A "absoluta falta" de casas, especialmente para os pobres, foi salientada em 1892 pela Sociedade União dos Proprietários e Arrendatários de Prédios, que a atribuía à imigração. A Sociedade solicitava à Inspetoria de Higiene que fosse mais cautelosa ao mandar fechar habita-

ções, pelas conseqüências que a medida poderia acarretar.⁴ Os velhos problemas de abastecimento de água, de saneamento e de higiene viram-se agravados de maneira dramática no início da República com o mais violento surto de epidemias da história da cidade. O ano de 1891 foi particularmente trágico, pois nele coincidiram epidemias de varíola e febre amarela, que vieram juntar-se às tradicionais matadoras, a malária e a tuberculose. Nesse ano, a taxa de mortalidade atingiu seu mais alto nível, matando 52 pessoas em cada mil habitantes. Até 1896, a mortalidade permaneceu acima de 35 por mil, com a única exceção de 1893. A cidade tornara-se, sobretudo no verão, um lugar perigoso para viver, tanto para nacionais quanto para estrangeiros. Nos meses de maior calor, o corpo diplomático fugia em bloco para Petrópolis a fim de escapar às epidemias, nem sempre com êxito. O governo inglês concedia a seus diplomatas um adicional de insalubridade pelo risco que corriam representando Sua Majestade.

Não terminavam aí as atribuições por que passava a capital. Pelo lado econômico e financeiro, os tempos também foram de grandes agitações. Novamente a origem de tudo remontava à abolição da escravidão. Não é necessário repetir em pormenores uma história já bem sabida. Basta lembrar que, devido à necessidade de aplacar os cafeicultores, especialmente do estado do Rio, e de atender a uma demanda real de moeda para o pagamento de salários, o governo imperial começou a emitir dinheiro, no que foi seguido com entusiasmo pelo governo provisório, este preocupado também em conquistar simpatias para o novo regime. Concedido o direito de emitir a vários bancos, a praça do Rio de Janeiro foi inundada de dinheiro sem nenhum lastro, seguindo-se a conhecida febre especulativa, bem descrita no romance

de Taunay, *O Encilhamento*. Segundo um jornal da época, "todos jogaram, o negociante, o médico, o jurista, o funcionário público, o corretor, o zangão; com pouco pecúlio próprio, com muito pecúlio alheio, com as diferenças do ágio, e quase todos com a caução dos próprios instrumentos do jogo".⁵ Falta acrescentar à lista de especuladores os fazendeiros do estado do Rio de Janeiro, que afluíram à capital para jogar na especulação o dinheiro dos empréstimos. Os anos de 1890 e 1891 foram de loucura, segundo a expressão de um observador estrangeiro, o qual acrescenta ter havido corretores que obtinham lucros diários de 50 a 100 contos e que uma oscilação do câmbio fazia e desfazia milionários.⁶ Por dois anos, o novo regime pareceu uma autêntica república de banqueiros, onde a lei era enriquecer a todo custo com dinheiro de especulação.

As conseqüências não se fizeram esperar. Desde logo, houve enorme encarecimento dos produtos importados devido ao aumento da demanda e ao consumo conspícuo dos novos ricos. A seguir, a inflação generalizada e a duplicação dos preços já em 1892. Ao mesmo tempo, começou a queda do câmbio, encarecendo mais ainda os produtos de importação, que na época abrangiam quase tudo. Em 1892, já era necessário o dobro de mil réis para comprar uma libra esterlina; em 1897, o triplo. Por cima, o governo aumentou os impostos de importação e passou a cobrá-los em ouro, o que contribuiu ainda mais para o agravamento do custo de vida. Até o embaixador inglês sofreu as conseqüências quando um funcionário da embaixada pediu aumento de salário, demonstrando com listas de preços que seus 70\$000 mensais não eram mais suficientes para sobreviver. O embaixador encaminhou favoravelmente o pedido ao Foreign Office, dizendo que os salários não tinham acompanhado o aumento dos

preços, e terminou seu ofício com uma tirada de orador popular: "[...] até quando podemos esperar que o povo brasileiro aceite carregar tal peso?". Com efeito, segundo alguns cálculos, no primeiro quinquênio republicano houve aumento de 100% nos salários para um aumento de mais de 300% nos preços.⁷

Artur Azevedo reflete a situação em *O Tribofe*, escrito em 1892:

Das algibeiras some-se o cobre,
Como levado por um tufão:
Carne de vaca não come o pobre,
Qualquer dia não come pão.
Fósforos, velas, couve, quiabos,
Vinho, aguardente, milho, feijão,
Frutas, conservas, cenouras, nabos...
Tudo se vende pr'um dinheirão!⁸

O aumento no custo de vida era agravado pela imigração, que ampliava a oferta de mão-de-obra e acirrava a luta pelos escassos empregos disponíveis. Tal situação constituiu o combustível para o movimento jacobino, que principiou no governo Floriano e perdurou até o fim da presidência de Prudente de Moraes (1898). O jacobinismo elegeu como principal alvo de suas iras os portugueses, considerados usurpadores de empregos e exploradores dos brasileiros através do controle que exerciam sobre grande parte do comércio e das casas de aluguel.⁹ Pelo meio da década, a queda dos preços do café contribuiu para agravar a crise e o país entrou em fase de deflação e recessão econômica, de que só começou a sair ao final do governo Campos Sales, no início do novo século.

Já foram mencionados alguns fatos políticos. Foi a política outro aspecto, e talvez o mais saliente, das transformações e abalos sofridos pela capital federal. A pro-

clamação da República trouxe grandes expectativas de renovação política, de maior participação no poder por parte não só de contra-elites mas também de camadas antes excluídas do jogo político. O fato de ter sido o novo regime proclamado por movimento que se desenrolara totalmente na capital, para surpresa de quase todas as províncias, veio contribuir ainda mais para as expectativas da população. Por quase uma década, o Rio seria a arena em que os destinos nacionais se decidiriam. Depois da independência, era o momento de maior glória de maior visibilidade para a capital, transformada em foco das atenções de todo o país. Acontecimentos, por banais que fossem, assumiam importância desmedida em função da ressonância produzida pela situação privilegiada em que se achava a cidade. Uma tentativa de assassinato, um empastelamento de jornal, uma greve, uma revolta de quartel ou de navio, que abalasse a capital, reverberavam pelo país inteiro.

Pela expectativa despertada, pelas lutas a que deram início e mesmo por razões diretamente vinculadas à política, os primeiros anos da República foram de repetidas agitações e de quase permanente excitação para os fluminenses. Os militares tinham provado o poder que desde o início da Regência lhes fugira das mãos. Daí em diante julgaram-se donos e salvadores da República, com o direito de intervir assim que lhes parecesse conveniente. Rebelavam-se quartéis, regimentos, fortalezas, navios, a Escola Militar, a esquadra nacional em peso. Generais brigavam entre si, ou com almirantes, o Exército brigava com a Armada, a polícia brigava com o Exército. Por seis meses, a esquadra rebelada bloqueou o porto e bombardeou partes da cidade, causando pânico, deslocamentos maciços de população para os subúrbios, ameaças de saques. Os operários, ou parte deles, acreditaram

nas promessas do novo regime, tentaram organizar-se em partidos, promoveram greves, seja por motivos políticos, seja em defesa de seu poder aquisitivo erodido pela inflação.¹⁰ Ferroviários, marítimos, estivadores, cocheiros e condutores de bondes fizeram sua entrada no cenário político, promovendo as primeiras paralisações da capital, que dependia do funcionamento da rede ferroviária e do porto, pois daí provinha todo o seu abastecimento. Pequenos proprietários, empregados, funcionários públicos também se mobilizaram pela primeira vez no bojo da xenofobia florianista, organizando clubes jacobinos e batalhões patrióticos. Os jacobinos mantiveram um clima generalizado de tensão política, especialmente durante a campanha de Canudos no governo de Prudente de Moraes. Quebravam jornais, promoviam arruaças, vaiavam congressistas, espancavam e matavam portugueses, perseguiram monarquistas, assassinavam inimigos. Em 1897 tentaram matar o presidente da República, depois de terem feito o mesmo com o último presidente do conselho de ministros da Monarquia. Políticos republicanos e monarquistas assinavam manifestos, envolviam-se em conspirações, planejavam golpes.

Talvez o único setor da população a ter sua atuação comprimida pela República tenha sido o dos capoeiras. Logo no início do governo provisório foram perseguidos pelo chefe de polícia, presos e deportados em grande número para Fernando de Noronha. Sampaio Ferraz vingava-se deste modo das hostilidades sofridas pelos propagandistas da República; entre os quais figurara, por parte dos capoeiras incorporados à Guarda Negra. Não conseguiu destruí-los, mas domesticou-os criando condições para sua reincorporação ao novo sistema em termos mais discretos. Também não houve tolerância alguma para com os anarquistas estrangeiros que pela pri-

meira vez aportaram às praias fluminenses. Para eles, a República mostrou logo sua face violenta, expulsando-os sem maiores delongas. Durante o governo de Floriano Peixoto foram expulsos 76 estrangeiros. Desses, 36 por crimes políticos, 19 expressamente sob acusação de anarquismo. As deportações faziam-se por simples decreto presidencial, precedendo solicitação do chefe de polícia. O primeiro decreto data de 14 de agosto de 1893.¹¹

Por último, é preciso mencionar também a movimentação que se deu no mundo das idéias e das mentalidades. A República não produziu correntes ideológicas próprias ou novas visões estéticas. Mas, por um momento, houve um abrir de janelas, por onde circularam mais livremente idéias que antes se continham no recatado mundo imperial. Criou-se um ambiente que Evaristo de Moraes chamou com felicidade de porre ideológico, e que poderíamos também chamar, sob a inspiração de Sérgio Porto, de maxixe do republicano doido. Nesse porre, ou nesse maxixe, misturavam-se, sem muita preocupação lógica ou substantiva, várias vertentes do pensamento europeu. Algumas delas já tinham sido incorporadas durante o Império, como o liberalismo e o positivismo; outras foram impulsionadas, como o socialismo; outras ainda foram somente então importadas, como o anarquismo. Entre os republicanos históricos, havia os que se ligavam à corrente liberal spenceriana e federalista, à moda de Alberto Sales e dos paulistas em geral, e os que se inspiravam antes na tradição da Revolução Francesa, que favorecia uma visão mais rousseauiana do pacto social, mais popular e centralista, ao estilo de Silva Jardim, Lopes Trovão, Joaquim Serra. E havia ainda os positivistas, que exultaram com o advento do novo regime, julgando ter chegado a hora, a que se consideravam destinados, de exercerem a tutela intelec-

tual sobre a nação. Mas mesmo entre eles houve divisões — entre a ortodoxia da Igreja Positivista e as variantes civil e militar, que da doutrina retiravam apenas os aspectos que mais interessavam à ação política.

Descendo um pouco na escala social, intelectuais de classe média e artesãos qualificados, como os gráficos, viram sua possibilidade de intervir na política através de propostas de natureza socialista. Lançaram jornais de propaganda e tentaram formar organizações que pudessem traduzir em ação concreta seus princípios. Acreditavam na possibilidade de democratizar a República indo além das propostas liberal e positivista que predominavam entre os históricos. Finalmente, um pouco mais tarde, já no bojo do desencanto com a pouca ou nenhuma sensibilidade do novo regime para reformas democratizantes, surgiram as propostas anarquistas, trazendo alternativas radicais para a organização política do país. A frente dos novos propagandistas estariam intelectuais de classe média e líderes operários, estrangeiros e brasileiros. O capítulo seguinte desenvolverá melhor este tópico.

Mais importante que a circulação de idéias talvez tenha sido a nova atitude dos intelectuais em relação à política. Da invasão da Câmara Municipal a 15 de novembro de 1889, antes mesmo de proclamada a República, participaram vários intelectuais. Alguns, por certo, antigos militantes do movimento abolicionista, como José do Patrocínio, mas outros pela primeira vez movidos à ação política concreta, como Olavo Bilac, Luís Murat, Pardal Mallet. Um mês depois, intelectuais do Rio enviaram um manifesto de entusiástico apoio ao governo provisório, em que se referiam à aliança entre os homens de letra e o povo. A pátria, dizia o manifesto, abrisse as asas rumo ao progresso, "a literatura vai desprender tam-

bém o vôo para acompanhá-la de perto".¹² O entusiasmo durou até o governo Floriano, quando se deu um cisma entre os intelectuais, e alguns dos antigos entusiastas da República tiveram de fugir da capital para evitar a prisão. Como exemplo de perseverança e de fé, já agora obcecada, nos ideais de um republicanismo jacobino, restaria apenas Raul Pompéia. Seu suicídio em dezembro de 1895, alguns meses após a morte de Floriano, foi o trágico símbolo do fracasso de uma alternativa política, assim como a fuga de Bilac, Guimarães Passos e outros indicava que não seria tão fácil estabelecer os parâmetros de uma convivência pacífica entre a República da política e a República das letras. A convivência se daria mais tarde em termos algo distintos dos imaginados inicialmente.

Mais difícil de avaliar é o impacto da proclamação do novo regime a nível das mentalidades. Entre as elites, houve sem dúvida a sensação geral de libertação, que atingiu não só o mundo das idéias mas também dos sentimentos e das atitudes. Não há estudos sobre este ponto, mas não seria exagerado dizer que a saída da figura austera e patriarcal do velho imperador, que imprimia forte marca em toda a elite política e mesmo em setores mais amplos da população, significou a emancipação dos que seriam simbolicamente seus filhos. A mudança parece ter sido importante sobretudo no que se refere a padrões de moral e de honestidade. A começar por esta última, vimos que o encilhamento trouxe uma febre de enriquecimento a todo custo, escandalizando velhos monarquistas, como o visconde de Taunay, que via no fenómeno uma degradação da alma nacional. Como diriam os jornais da época, "a República é a riqueza!".¹³ Poderíamos dizer que se deu uma vitória do espírito do capitalismo desacompanhado da ética protestante. Desabro-

chou o espírito aquisitivo solto de qualquer peia de valores éticos, ou mesmo de cálculo racional que garantisse a sustentação do lucro a médio prazo. Era um capitalismo predatório, fruto típico do espírito bandeirante na concepção que lhe deu Viana Moog. O que antes era feito com discrição, ou mesmo às escondidas, para fugir à vigilância dos olhos imperiais, agora podia ser gritado das janelas ou dos coches, era quase motivo de orgulho pessoal e de prestígio público. Os heróis do dia eram os grandes especuladores da bolsa.

A quebra de valores antigos foi também acelerada no campo da moral e dos costumes. Certamente, o Rio há muito deixara de ser exemplo de vida morigerada, se é que alguma vez o foi. Os altos índices de população marginal e de imigração, o desequilíbrio entre os sexos, a baixa nupcialidade, a alta taxa de nascimentos ilegítimos são testemunhos seguros de costumes mais soltos. Aponta na mesma direção o romance de Manuel Antônio de Almeida, *Memórias de um Sargento de Milícias*, escrito em 1853. Mas, novamente, parece-me que o que antes era semiclandestino, sussurrado, adquiriu com a República, se excetuarmos o governo de Floriano, foros de legitimação pública. O pecado popularizou-se, personificou-se. Na revista do ano de Artur Azevedo, *O Rio em 1877*, domina a temática política e os personagens são todos simbólicos, como o Boato, a Política, o Zé Povinho etc. Já em *O Tribofe*, revista apresentada no início de 1892, o engano, a sedução, a exploração, a mutreta, o tribofe, enfim, aparecem encarnados em pessoas muito reais e possuem até mesmo certo charme. Entre jogadores, cocotes, *bons vivants*, fraudadores de corridas, proprietários exploradores, perde-se a virtude da família interiorana. Primeiro, some a empregada, seduzida por um personagem que se diz lançador de mulheres, ou seja,

formador de prostitutas; a seguir, vai o próprio fazendeiro nos braços de uma cocote; finalmente, desaparece o filho em agitações estudantis. Todos pegam o "micróbio da pândega". Se do ar da cidade medieval se dizia que tornava livre social e politicamente, do ar do Rio pode-se dizer que libertava moralmente. Ou, como diz em *O Tribofe* Quinota, a filha do fazendeiro, referindo-se ao pai: "Respirou o ar desta terra, e perdeu a cabeça"; e completa: "Aqui há muita liberdade e pouco escrúpulo... faz-se ostentação do vício e das grandezas [...] Não se respeita ninguém".¹⁴ Não por acaso, *A Cidade do Rio*, jornal de Patrocínio, representava-se como uma mulher nua, e assim aparecia em desenhos dialogando com Deodoro, para a suprema irritação do austero soldado (ver caderno de fotos).

Tal liberação se deu a despeito da ação moralista de certas autoridades republicanas. O chefe de polícia de Deodoro perseguiu os capoeiras, e todo o governo Floriano teve uma cara repressora. O jogo, as apostas foram reprimidos, e tentou-se acabar com o entrudo. Porém a jogatina da bolsa, favorecida pelo governo provisório, tinha dado o tom. Apesar da ação das autoridades, quando havia tal ação, abriram-se cassinos, casas de corrida, frontões, belódromos, que vieram juntar-se ao tradicional jogo do bicho, ou dos bichos, como se dizia na época, e às casas clandestinas de jogo. A confiança na sorte, no enriquecimento sem esforço em contraposição ao ganho da vida pelo trabalho honesto parece ter sido incentivada pelo surgimento do novo regime. É o que revela o testemunho insuspeito de Raul Pompéia: "Desaprendeu-se a arte honesta de fazer a vida com o natural e firme concurso do tempo, do trabalho. Era preciso melhorar, mas de pronto: ao jogo pois!", publicado no *Jornal do Commercio*, a 4 de janeiro de 1892. E pedia, para a

salvação da República, o fim da "epidemia de jogatina".

Mas há um ponto que é preciso salientar. O fato de a República ter favorecido o grande jogo da bolsa e perseguido capoeiras e o pequeno jogo dos bicheiros sugere uma recepção diferente do novo regime por parte do que poderia ser chamado de proletariado da capital. A euforia inicial, a sensação de que se abriam caminhos novos de participação parecem não ter atingido este setor da população. Eu diria mesmo que a Monarquia caiu quando atingia seu ponto mais alto de popularidade entre esta gente, em parte como consequência da abolição da escravidão. A abolição deu ensejo a imensos festejos populares que duraram uma semana e se repetiram no ano seguinte, cinco meses antes da proclamação da República. A simpatia popular se dirigia não só à princesa Isabel, mas também a Pedro II, como ficou evidenciado por ocasião da comemoração do aniversário do velho imperador, a 2 de dezembro de 1888. Segundo o testemunho do republicano Raul Pompéia, o Paço Imperial foi invadido por "turba imensa de populares, homens de cor a maior parte". A polícia teve de intervir para convencer alguns dos manifestantes de que pelo menos vestissem camisa para se apresentarem ao imperador. No meio da multidão, salientava-se a imponente figura do príncipe Obá, um negro que se dizia rei africano. Príncipe Obá adornara de penas sua farda de alferes honorário.¹⁵ A cena foi sem dúvida motivo de riso e chacota, e príncipe Obá acabou sendo preso pela polícia. Mas revelava profundo simbolismo: um rei negro, um rei das ruas e becos da cidade, vai paramentado, combinando a farda do mundo oficial com as penas de suas origens africanas, e acolitado pela multidão dos miseráveis saudar o imperador de olhos azuis.

A reação negativa da população negra à República

manifestou-se antes mesmo da proclamação, através da Guarda Negra organizada por José do Patrocínio. Vários incidentes verificaram-se entre os propagandistas e a Guarda. O mais sério de todos se deu com a interrupção, que resultou em mortos e feridos, de uma conferência de Silva Jardim, em dezembro de 1888, na Sociedade Francesa de Ginástica. Dizer que se tratava apenas de capoeiras baderneiros manipulados pela polícia, como o fizeram os republicanos e até mesmo Rui Barbosa, não basta. Permanece o fato de que os republicanos não conseguiram a adesão do setor pobre da população, sobretudo dos negros. O próprio Silva Jardim, ao acompanhar o conde d'Eu em sua viagem ao norte do país em 1889, experimentaria mais uma vez, em Salvador, a ira da população negra. Por ele e pela República manifestaram-se apenas os estudantes da Faculdade de Medicina local. A simpatia dos negros pela Monarquia refletiu-se na conhecida ojeriza que Lima Barreto, o mais popular romancista do Rio, alimentava pela República. Neto de escravos, filho de um protegido do visconde de Ouro Preto, o romancista assistira, emocionado, aos sete anos, às comemorações da abolição e às festas promovidas por ocasião do regresso do imperador de sua viagem à Europa, também em 1888. Em contraste, vira no ano seguinte seu pai, operário da Tipografia Nacional, ser demitido pela política republicana. Irritava-o, particularmente, a postura do barão do Rio Branco, a quem acusava de renegar a parcela negra da população brasileira.¹⁶

Em termos concretos, a prevenção republicana contra pobres e negros manifestou-se na perseguição movida por Sampaio Ferraz contra os capoeiras, na luta contra os bicheiros, na destruição, pelo prefeito florianista Barata Ribeiro, do mais famoso cortiço do Rio, a Cabeça de

Porco, em 1892. Não por acaso, Barata Ribeiro também comparecera à conferência dissolvida de Silva Jardim. Não seria, a meu ver, exagerado supor que a reação popular a certas medidas da administração republicana, mesmo que teoricamente benéficas, como a vacina obrigatória, tenha sido em parte alicerçada na antipatia pelo novo regime. Mais ou menos à época da Revolta da Vacina, por exemplo, João do Rio verificou, ao visitar a Casa de Detenção, que "Com raríssimas exceções, que talvez não existam, todos os presos são radicalmente monarquistas. Passadores de moedas falsas, incendiários, assassinos, gatunos, capoeiras, mulheres abjetas, são ferventes apóstolos da restauração".¹⁷ Eram monarquistas e liam romances de cavalaria. Esta extraordinária revelação confirma o abismo existente entre os pobres e a República e abre fecundas pistas de investigação sobre um mundo de valores e idéias radicalmente distinto do mundo das elites e do mundo dos setores intermediários.

Apontadas rapidamente as transformações sofridas pela capital, cabe agora perguntar pelas conseqüências daí advindas para a população da cidade e seu governo e para a relação entre ambos. O problema central a ser resolvido pelo novo regime era a organização de outro pacto de poder, que pudesse substituir o arranjo imperial com grau suficiente de estabilidade. Durante quase dez anos de República, as agitações se sucediam na capital, havia guerra civil nos estados do Sul, percebiam-se riscos de fragmentação do país, a economia estava ameaçada pela crise do mercado do café e pelas dificuldades de administrar a dívida externa. Para os que controlavam o setor mais poderoso da economia (exportação) e para os que se preocupavam em manter o país unido, tornava-se urgente acabar com a instabilidade política.

A natureza da tarefa que se impunha pode ser des-

crita como a necessidade de eliminar, ou pelo menos neutralizar, a influência da capital na política nacional. Isto significava pelo menos duas coisas: tirar os militares do governo e reduzir o nível de participação popular. Os dois fenômenos eram relacionados, pois o grosso do Exército e da Marinha estava localizado no Rio de Janeiro, e muitos militares de ambas as corporações envolviam-se frequentemente nas agitações políticas, até mesmo em greves operárias. Nas greves, tumultos, revoltas, tentativas de golpes, havia sempre militares ao lado de elementos civis. A aliança foi mais nítida durante o período jacobino, mas até mesmo em 1904 houve ainda o desenvolvimento paralelo, com interseções, de uma revolta popular e uma revolta militar. Militares e setores populares não representavam interesses compatíveis com os do grande comércio e da grande agricultura. Porém, por outro lado, não tinham condições de impor um governo que extrapolasse os limites do Distrito Federal.

A maneira indireta de neutralizar a capital e as forças que nela se agitavam era fortalecer os estados, pacificando e cooptando suas oligarquias. Era reunir as oligarquias em torno de um arranjo que garantisse seu domínio local e sua participação no poder nacional de acordo com o cacife político de cada uma. Como é sabido, esta foi a obra de Campos Sales, que, além do mais, precisava desesperadamente de paz interna para negociar a dívida externa com os banqueiros ingleses. O acordo foi consagrado em 1900, durante o reconhecimento de poderes da nova legislatura. Por ele, presumia-se a legitimidade dos diplomas dos deputados eleitos pelas políticas dominantes nos estados, conseguindo-se assim o apoio dessas políticas para a ação do governo federal. Se os partidos não funcionavam como instrumentos de governo, se se dividiam em facções, se ficavam presos a

caudilhos, a solução, para Campos Sales, era formar então um grande partido de governo com sustentação nas oligarquias estaduais. O próprio presidente resumiu claramente seu objetivo: "É de lá [dos estados] que se governa a República, por cima das multidões que tumultuam, agitadas, nas ruas da capital da União". E prosseguindo: "*A política dos estados [...] é a política nacional*" (grifo de Campos Sales).¹⁸

O resumo é perfeito: governar o país por cima do tumulto das multidões agitadas da capital. O Rio podia ser caixa de ressonância, mas não tinha força política própria porque uma população urbana mobilizada politicamente, socialmente heterogênea, indisciplinada, dividida por conflitos internos não podia dar sustentação a um governo que tivesse de representar as forças dominantes do Brasil agrário. A percepção do perigo representado por uma cidade deliberante, com um mínimo que fosse de vontade própria, fez-se sentir logo no início da República. O decreto do governo provisório que dissolveu a antiga Câmara dos Vereadores e criou um Conselho de Intendência dava a este, em coerência com a filosofia descentralizante do novo regime, certa autonomia de ação. Os intendentes acreditaram em seu novo papel e logo decretaram um Código de Posturas, que desagradou profundamente aos proprietários e arrendatários de prédios de aluguel. A Sociedade que representava estes proprietários recorreu de imediato não ao Conselho, mas ao governo federal, e este, voltando atrás em seus propósitos iniciais, suspendeu a execução do Código e baixou outro decreto, reduzindo a autonomia do Conselho e submetendo suas deliberações à apreciação do ministro do Interior. Demonstrando alguma dignidade, os intendentes demitiram-se em protesto. A teoria rapidamente se revelara outra na prática. A experiência de autonomia

durou apenas dois meses e meio. Apesar da curta duração e do caráter limitado que tivera, fora suficiente para que o tradicional órgão republicano *O Paiz*, dirigido por Quintino Bocaiúva, a ela se referisse como sinal do perigo de surgir no Rio uma pequena *comuna*, uma *convenção* municipal, despótica e tirânica como a convenção francesa (grifo meu).¹⁹ A desproporção gritante entre a dimensão real do fato e a que lhe pretendeu dar o jornal, conjurando fantasmas da Paris revolucionária de 1789 e 1871, é um indicador precioso da preocupação dos republicanos com o perigo da mobilização popular na capital.

A situação do governo municipal não mudou muito com a decretação da lei orgânica do Distrito Federal, em 1892, já em regime constitucional. A lei previa a eleição dos intendententes pelo voto popular, mas o prefeito, cargo então criado, seria nomeado pelo presidente da República com aprovação do Senado Federal. As coisas assim permaneceram até o final da Primeira República. Na verdade, o Rio republicano foi governado o tempo todo por interventores, que mais não eram os prefeitos nomeados.

O governo municipal ficou limitado à ação administrativa e, mesmo assim, dependendo do apoio político e financeiro do governo federal para iniciativas de maior vulto. O Conselho de Intendententes, mesmo eleito, tinha poucas condições de se opor ao prefeito nomeado. No governo de Rodrigues Alves, Pereira Passos governou a cidade por seis meses com a Câmara suspensa, ditatorialmente, como o fizera na época florianista Barata Ribeiro, com o Conselho funcionando. O complemento inevitável da despolitização do governo municipal foi o falseamento do processo eleitoral e da representatividade política. O número de eleitores foi mantido sempre em

níveis baixíssimos, e o processo eleitoral foi totalmente falseado pela intimidação, pela violência e pela fraude, como será demonstrado no capítulo 3.

Dissociava-se o governo municipal da representação dos cidadãos. O fato era agravado pela freqüente nomeação de prefeitos e chefes de polícia totalmente alheios à vida da cidade, muitas vezes trazidos dos estados pelos presidentes da República. Abria-se então, do lado do governo, o caminho para o autoritarismo, que na melhor das hipóteses poderia ser um autoritarismo ilustrado, baseado na competência, real ou presumida, de técnicos. Não por acaso, muitos dos chefes do governo municipal no período em foco foram médicos ou engenheiros. Dos seis primeiros, quatro foram médicos, um engenheiro militar e apenas um tinha a formação tradicional da elite política brasileira, a jurídica. O exemplo mais óbvio é naturalmente o do engenheiro Pereira Passos. Muitos destes técnicos eram republicanos de primeira água, como Barata Ribeiro. Mas, chegados ao poder, do espírito de república guardavam no máximo alguma preocupação com o bem público, desde que o público, o povo, não participasse do processo de decisão. O positivismo, ou certa leitura positivista da República, que enfatizava, de um lado, a idéia do progresso pela ciência e, de outro, o conceito de ditadura republicana, contribuía poderosamente para o reforço da postura tecnocrática e autoritária.

O primeiro exemplo de tal mentalidade foi o Código de Posturas Municipais de 1890. Dois meses após a posse, os sete intendententes já tinham revisto um esboço de Código legado pela Monarquia e o colocado em vigor. O novo código regulava em pormenores várias atividades, especialmente as referentes a casas de aluguel e de pasto.

Não há dúvida de que grande parte das medidas era bem-intencionada e buscava beneficiar a população em termos de maior conforto e maior higiene, ao mesmo tempo que criava dificuldades aos proprietários. Mas as medidas eram inteiramente irrealistas para a época. Muitas delas, como a exigência de cair as paredes duas vezes por ano, azulejar cozinhas e banheiros, arejar quartos com aparelhos de ventilação, limitar o número de hóspedes, envolviam melhoramentos até hoje inexistentes em muitas residências. Além disso, o Código deixava transparecer a preocupação republicana com o controle da população marginal da cidade. Se executado, poderia ter provocado uma primeira versão da Revolta da Vacina. Para justificar a afirmativa, basta dizer que incluía a proibição de que hotéis, hospedarias e estalagens recebessem pessoas suspeitas, ébrios, vagabundos, capoeiras, desordeiros em geral. Exigia-se ainda o registro de todos os hóspedes, com anotação de nomes, empregos e outras características. As listas deviam ser entregues à polícia no dia seguinte até as nove horas da manhã. As penalidades pelo descumprimento dos dispositivos iam desde multas até prisão por 30 dias.²⁰ Pode-se imaginar o impacto dessas medidas, especialmente no velho centro. O Rio possuía, em 1888, 1 331 estalagens e 18 866 quartos de aluguel, em que moravam 46 680 pessoas, incluindo todo o vasto contingente do mundo da desordem. De uma hora para outra, todos teriam registro na polícia, ou ficariam sem onde morar, caso os proprietários cumprissem rigorosamente a lei. Como se vê, era uma lei que ou não se aplicava, ou se aplicava pela violência. No caso, ela foi suspensa. Em 1904, a lei da vacinação obrigatória teve exatamente o mesmo espírito de despotismo ilustrado, apesar de votada pelo Congresso. Desta vez, a interferência do poder público foi levada

para dentro da casa dos cidadãos, seu último e sagrado reduto de privacidade. Na percepção da população pobre, a lei ameaçava a própria honra do lar ao permitir que estranhos vissem e tocassem os braços e as coxas de suas mulheres e filhas. A população reagiu pela violência e forçou a interrupção da ação dos agentes do governo, como se verá no capítulo 4.

A expectativa inicial, despertada pela República, de maior participação, foi sendo assim sistematicamente frustrada. Desapontaram-se os intelectuais com as perseguições do governo Floriano; desapontaram-se os operários, sobretudo sua liderança socialista, com as dificuldades de se organizarem em partidos e de participarem do processo eleitoral; os jacobinos foram eliminados. Todos esses grupos tiveram de aprender novas formas de inserção no sistema, mais fáceis para alguns, mais difíceis para outros. Os intelectuais desistiram da política militante e se concentraram na literatura, aceitando postos decorativos na burocracia, especialmente no Itamaraty de Rio Branco. Os operários cindiram-se em duas vertentes principais, a dos anarquistas, que rejeitava radicalmente o sistema que os rejeitava, e a dos que procuravam integrar-se através dos mecanismos de cooptação do Estado. Os jacobinos desapareceram de cena. Quanto ao grosso da população, quase nenhum meio lhe restava de fazer ouvir sua voz, exceto o veículo limitado da imprensa.²¹

No que se refere à representação municipal, ela ficava solta, sem ter de prestar contas a um eleitorado autêntico. A consequência foi que se abriu por este modo o campo para os arranjos particularistas, para as barganhas pessoais, para o tribofe, para a corrupção. E

então fechou-se o círculo: a preocupação em limitar a participação, em controlar o mundo da desordem acabou por levar à absorção perversa desse mundo na política. Ao lado de funcionários públicos, passaram a envolver-se nas eleições e na política municipais, por iniciativa dos políticos, os bandos de criminosos e contraventores do estilo de Totonho e Lucrécio Barba de Bode, descritos por Lima Barreto, os donos das casas de prostituição e de jogo. Eram estes malandros, no sentido que tinha a palavra na época, os empresários da política, os fazedores de eleições, os promotores de manifestações, até mesmo a nível da política federal. A ordem aliava-se à desordem, com a exclusão da massa dos cidadãos que ficava sem espaço político. O marginal virava cidadão e o cidadão era marginalizado.²²

No entanto, havia no Rio de Janeiro um vasto mundo de participação popular. Só que este mundo passava ao largo do mundo oficial da política. A cidade não era uma comunidade no sentido político, não havia o sentimento de pertencer a uma entidade coletiva. A participação que existia era de natureza antes religiosa e social e era fragmentada. Podia ser encontrada nas grandes festas populares, como as da Penha e da Glória, e no entrudo; concretizava-se em pequenas comunidades étnicas, locais ou mesmo habitacionais; um pouco mais tarde apareceria nas associações operárias anarquistas. Era a colônia portuguesa, a inglesa; eram as colônias compostas por imigrantes dos vários estados; era a Pequena África da Saúde, formada por negros da Bahia, onde, sob a matriarcal proteção de Tia Ciata, se gestava o samba carioca e o moderno carnaval. Eram as estalagens cuja população podia chegar a mais de mil pessoas. O cortiço de Botafogo, descrito por Aluísio Azevedo, possuía no final mais de 400 casas e consti-

tuía uma pequena república com vida própria, leis próprias, detentora da inabalável lealdade de seus cidadãos, apesar do autoritarismo do proprietário. Aluísio, aliás, fala expressamente na “república do cortiço”. Ali se trabalhava, se divertia, se festejava, se fornicava e, principalmente, se falava da vida alheia e se brigava. Porém, à menor ameaça vinda de fora, todos esqueciam as brigas internas e cerravam fileiras contra o inimigo externo. Este inimigo era outro cortiço e, principalmente, a polícia. Frente à polícia, dono e moradores se uniam, pois estava em jogo a soberania e a honra da pequena república. Cortiço em que entrava polícia era cortiço desmoralizado.²³ É profundamente irônico e significativo que a república popular do cortiço se julgava violada, derrotada, quando lá entrava o representante da república oficial. No romance, o cortiço consegue evitar a entrada da polícia, mas na vida real, dois anos após a publicação do livro, o cortiço Cabeça de Porco seria destruído em autêntica operação militar por ordem do republicano histórico Barata Ribeiro. O governo da República destruía as repúblicas sem integrá-las numa república maior que abrangesse todos os cidadãos da cidade.

Domesticada politicamente, reduzido seu peso político pela consolidação do sistema oligárquico de dominação, à cidade pôde ser dado o papel de cartão-postal da República. Entrou-se de cheio no espírito francês da *belle époque*, que teve seu auge na primeira década do século. O entusiasmo pelas coisas americanas limitara-se às fórmulas políticas. O brilho republicano expressou-se em fórmulas européias, especialmente parisienses. Mais que nunca, o mundo literário voltou-se para Paris, os poetas sonhavam viver em Paris e, sobretudo, morrer em Paris. Com poucas exceções, como o mulato Lima Barreto e o caboclo Euclides da Cunha, os literatos se dedicaram a

produzir para o sorriso da elite carioca, com as antenas estéticas voltadas para a Europa.²⁴

Quando as finanças da República foram recuperadas pela política deflacionista de Campos Sales, sobraram recursos para as obras há muito planejadas de saneamento e embelezamento da cidade. Tudo foi feito com a eficiência e rapidez permitidas pelo estilo autoritário e tecnocrático inaugurado pela República. O engenheiro-prefeito pediu a suspensão do funcionamento da Câmara dos Vereadores por seis meses para poder agir livremente e decretar a legislação necessária para o rápido encaminhamento das reformas. Um médico sanitarista foi encarregado das medidas de higiene pública. Tendo Paris como modelo, o centro da cidade foi depressa modificado, a avenida Beira-Mar foi aberta, jardins foram criados e reformados, os bondes ganharam tração elétrica, sem esquecer a construção do novo porto. Ao visitar a cidade pouco depois, uma poetisa francesa, entusiasmada, escreveria um livro de poemas com o título *La Ville Merveilleuse*. Vindo de uma francesa, era a glória, e compensava o epíteto depreciativo de rastaquieras que em Paris era dado aos brasileiros.

As reformas tiveram como um dos efeitos a redução da promiscuidade social em que vivia a população da cidade, especialmente no centro. A população que se comprimia nas áreas afetadas pelo bota-abaixo de Pereira Passos teve ou de apertar-se mais no que ficou intocado, ou de subir os morros adjacentes, ou de deslocar-se para a Cidade Nova e para os subúrbios da Central. Abriu-se espaço para o mundo elegante que anteriormente se limitava aos bairros chiques, como Botafogo, e se espremia na rua do Ouvidor. O *footing* passou a ser feito nos 33 metros de largura da avenida Central, quando não se preferia um passeio de carro pela avenida Beira-Mar. No Rio

reformado circulava o mundo *belle-époque* fascinado com a Europa, envergonhado do Brasil, em particular do Brasil pobre e do Brasil negro. Era o mundo do barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores do presidente que promoveu as reformas. O mesmo barão que na juventude tinha sido capoeira e que agora se esforçava em oferecer à visão do estrangeiro um Brasil branco, europeizado, civilizado.

Mas, se o novo Rio criado pela República aumentava a segmentação social e o distanciamento espacial entre setores da população, as repúblicas do Rio, vindas do Império, continuaram a viver, a renovar-se, a forjar novas realidades sociais e culturais mais ricas e mais brasileiras que os versos parnasianos e simbolistas. Em certos momentos, elas podiam manifestar-se politicamente e de modo violento, como nas barricadas de Porto Artur. Todavia, na maioria das vezes elas cresciam em movimentos lentos e subterrâneos. Assim, a festa portuguesa da Penha foi aos poucos sendo tomada por negros e por toda a população dos subúrbios, fazendo-se ouvir o samba ao lado dos fados e das modinhas. Na Pequena África da Saúde, a cultura dos negros muçulmanos vindos da Bahia, sua música e sua religião fertilizaram-se no novo ambiente, criando os ranchos carnavalescos e inventando o samba moderno.²⁵ Um pouco depois, o futebol, esporte de elite, foi também apropriado pelos marginalizados e se transformou em esporte de massa.

Assim, o mundo subterrâneo da cultura popular engoliu aos poucos o mundo sobretterrâneo da cultura das elites. Das repúblicas renegadas pela República foram surgindo os elementos que constituiriam uma primeira identidade coletiva da cidade, materializada nas grandes celebrações do carnaval e do futebol.